

UMA ANÁLISE BEHAVIORISTA RADICAL DE UM MODELO PROTOTÍPICO DE FORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL PROPOSTO POR BERGER E LUCKMAN

Bruno Alvarenga Ribeiro

Psicólogo especialista em Gestão de Pessoas e em Políticas de Assist. Social
Docente do UNIFOR
e-mail: br.alvarenga@yahoo.com.br

Recebido em: 02/03/2012

Aprovado em: 26/04/12

RESUMO

A partir de revisão bibliográfica este artigo propõe uma reinterpretação à luz do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner das teorizações propostas por Peter Berger e Thomas Luckman na obra intitulada "A Construção Social da Realidade". Nesta obra os autores apresentam um modelo de como se dá a formação das diversas realidades sociais. Este modelo parte de uma situação que eles chamam de encontro face à face. É neste encontro que se produz conhecimento, e o conhecimento é o elemento que torna objetiva a realidade social. Uma vez tornada objetiva a realidade social pode ser partilhada, possibilitando o intercâmbio entre as dimensões individuais e coletivas. No entanto, ao teorizarem sobre o encontro face à face e o processo de produção de conhecimento, Berger e Luckman acabam realizando conjecturas sobre o comportamento. Estas conjecturas obscurecem as verdadeiras condições responsáveis pela determinação do comportamento humano. Por isso se faz necessária uma revisão das teorizações dos autores à luz do Behaviorismo Radical, pois desta forma estas condições poderão ser evidenciadas.

Palavras-chave: Realidade Social. Behaviorismo Radical. Contingências de Reforço.

A RADICAL BEHAVIORISTA ANALYSIS OF THE TRAINING MODEL OF THE SOCIAL REALITY OF BERGER AND LUCKMAN

ABSTRACT

This paper proposes a radical behaviorist analysis of the book "The Social Construction of Reality" by Berger and Luckman. In this work the authors present a model of how is the formation of the different social realities. This model is part of a situation they call a meeting face to face. It is this encounter that produces knowledge, and knowledge is the element that makes objective social reality. Reality can be shared when it becomes objective. In this way enables the exchange between individuals and collectivities. However, to theorize about meeting face to face and the process of knowledge production, Berger and Luckman end up making assumptions about the behavior. These assumptions obscure the real conditions that determine behavior.

Keywords: Social Reality. Radical Behaviorism. Contingencies of Reinforcement.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da obra intitulada “A Construção Social da Realidade” de autoria de Peter Berger e Thomas Luckman (1999), este artigo pretende realizar à luz do Behaviorismo Radical uma reinterpretação dos principais aspectos teóricos desta obra. Nela Berger e Luckman tentam formular um modelo explicativo para o funcionamento da sociedade. Este modelo se pauta em dois elementos importantes: o encontro face à face e o processo de produção de conhecimentos. De acordo com os autores toda a dinâmica relacionada à formação das realidades sociais está intimamente ligada a estes dois elementos.

Por encontro face à face os autores se referem às situações em que as pessoas se relacionam umas com as outras (relações interpessoais/relações sociais). Neste encontro, conforme Berger e Luckman, as subjetividades das pessoas que se encontram são bombardeadas. Deste bombardeamento elas são modificadas. Não somente as subjetividades são transformadas, como também o conhecimento que delas se tem.

Então, na perspectiva de Berger e Luckman o conhecimento, elemento que torna as realidades sociais objetiváveis, é construído na situação cotidiana em que as pessoas a todo instante estão se encontrando. O conhecimento é o elemento que permite o intercâmbio entre as pessoas e delas com as realidades em que habitam. Uma vez que o conhecimento se modifica no encontro face à face, toda esta modificação retroage sobre o coletivo da realidade social, e é assim que se dá a dinâmica de transformação e recriação das realidades sociais.

Logicamente que ao tentarem explicar o encontro face à face e o processo de produção de conhecimento, Berger e Luckman acabam realizando conjecturas sobre o comportamento. Nestas conjecturas acabam se perdendo, pois toda explicação para o comportamento acaba assumindo feições bastante metafísicas que obscurecem as verdadeiras condições responsáveis pela determinação do agir humano.

E o que se pretende ao se propor a reinterpretação da obra de Berger e Luckman, tomando como base o Behaviorismo Radical de B. F. Skinner é tratar destas condições, ou seja, das condições responsáveis pela determinação do comportamento humano, de modo que fique evidente que este só pode ser entendido se for analisado a partir das relações que estabelece com o meio ambiente,

sobretudo com o ambiente social. Então, a obra de Skinner, embora seja uma teoria do comportamento humano, tem um claro viés sociológico, mas esta não se perde em conjecturas metafísicas que pressupõem a existência de entidades mentais para explicar o comportamento.

2 METODOLOGIA

Como o presente artigo propõe uma reinterpretação à luz do Behaviorismo Radical dos principais aspectos teóricos da obra de Peter Berger e Thomas Luckman intitulada “A Construção Social da Realidade”, esta transformou-se no ponto de partida para a elaboração do mesmo. Portanto, trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica que confrontará as obras de Berger e Luckman e B. F. Skinner. O último autor é o criador do Behaviorismo Radical. Ao se consultar a obra de Skinner, primou-se pelo encontro de passagens que permitissem a reinterpretação dos principais aspectos teóricos da obra de Berger e Luckman a partir da perspectiva do Behaviorismo Radical, demonstrando, desta forma, que é possível refletir sobre o funcionamento da sociedade tomando como base esta perspectiva teórica.

3 BERGER E LUCKMAN: “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE”

Em “A Construção Social da Realidade” Peter Berger e Thomas Luckman (1999) empreendem um esforço na tentativa de dar conta do processo de construção do conhecimento em situações cotidianas. De acordo com os autores existe uma situação modelo que é a mola propulsora para a construção do conhecimento. Esta situação é chamada de encontro face à face. Neste encontro as subjetividades são bombardeadas pela presença do outro com quem se relaciona. O resultado é a transformação destas subjetividades.

Como resultado tem-se ainda a construção do conhecimento, e é ele que torna as diversas realidades partilháveis. Uma vez que a realidade torna-se partilhável ela ganha existência própria, ou seja, ela se torna objetiva. Então por trás do funcionamento de toda a dinâmica da sociedade estão diversos fatores, mas aqueles que ganham relevância na obra de Berger e Luckman são o encontro face à face e o processo de objetivação do conhecimento.

Logicamente que ao tratar destes fatores os autores lançam mão de teorizações a cerca do comportamento, pois a intenção é explicar como se processa a construção do conhecimento em situações cotidianas. O olhar dos autores está fundamentado na Fenomenologia, e podem ser considerados como teóricos da Sociologia do Conhecimento.

Em resumo, a Sociologia do Conhecimento é uma disciplina da Sociologia interessada no estudo das condições sociais relacionadas à construção do conhecimento. A ela interessa desvendar as relações sociais que estão por trás ou que fundamentam o processo de produção de conhecimento. No entanto, seu objeto de estudos não se confunde com o da Epistemologia e da Filosofia da Ciência, uma vez que a questão focada não são os métodos e raciocínios responsáveis pela produção de conhecimento racional, e sim fatores outros por trás de toda esta produção, seja ela uma produção que tenha como produto conhecimento racional ou não.

Estando a Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckman fundamentada na Fenomenologia, os autores tentam lidar com a questão da produção do conhecimento considerando as diversas situações envolvidas nesta produção. É uma abordagem do conhecimento enquanto fenômeno, fenômeno vivenciado pelos indivíduos no cotidiano de suas vidas, fenômeno que tem duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. A dimensão subjetiva é aquela que é interna ao indivíduo e a objetiva é aquela que é externa e que tem existência própria independente da vontade, do ato de volição.

Trata-se de uma obra instigante, apesar do dualismo entre objetividade e subjetividade, dualismo que obscurece as verdadeiras condições responsáveis tanto pelo agir humano, quanto pela construção das práticas culturais de uma dada sociedade. É uma obra que aponta para a importância das relações interpessoais, e como estas têm um peso considerável na forma como as sociedades funcionam. Sendo assim, os autores acabam construindo um raciocínio microsociológico, ou seja, um raciocínio a respeito das condições que em uma escala microsociológica são responsáveis pela existência da realidade social.

4 O BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F. SKINNER: UMA VISÃO GERAL

O behaviorismo nasceu em 1913 com o cientista americano John Watson. Watson teve como pretensão fazer da psicologia uma ciência empírica. Sendo influenciado pelo positivismo comteano que estabelecia como verdade científica aquilo que pudesse ser consensualmente observado, acabou por estabelecer como objeto de estudos da psicologia o comportamento observável, negando, portanto, à mente o status de agente causal do comportamento. Apesar de Watson não negar a existência da mente, ele a ignora por considerá-la substancialmente diferente do corpo, e sendo assim os órgãos sensoriais não poderiam fornecer informações a respeito dessa substância distinta. A causa do comportamento segundo Watson são os estímulos ambientais que atingem o organismo forçando-o a emitir uma resposta. Por este motivo sua proposta de investigação ficou conhecida como a Psicologia do estímulo-resposta.

Mais tarde, entre 1938 e 1945, B. F. Skinner o criador do Behaviorismo Radical lança seus primeiros estudos definindo o conceito de operante, produzindo assim uma reviravolta nos estudos sobre o comportamento. Com a criação do conceito de operante Skinner rompe com a psicologia do estímulo-resposta e define o seu modelo de investigação do comportamento de modo geral, um modelo baseado na utilização do método experimental, pois o comportamento é um evento natural (evento com dimensões físicas e temporais) como qualquer outro objeto de estudos de outras áreas do saber, podendo, portanto, ser investigado com os métodos das ciências naturais. Então para Skinner a Psicologia é uma ciência natural.

Existem duas classes de comportamentos: respondentes e operantes. Toda obra de Skinner e o modelo de causalidade por ele adotado para explicar o comportamento estão assentados sobre o conceito de operante. Operante é aquela classe de comportamentos que opera no meio ambiente produzindo determinadas modificações. Por sua vez estas modificações também alteram o comportamento, tanto em sua função (sentido/intencionalidade) quanto em sua topografia (forma). Estas modificações são as consequências do comportamento e são chamadas de reforços, e as operações que as produzem recebem o nome de operações de reforçamento.

Sendo assim, o operante é selecionado (determinado) pelas consequências que produz. A grosso modo operantes são aqueles comportamentos chamados de voluntários. O termo voluntário está sendo usado para distinguir operantes de comportamentos respondentes (reflexos). Estes últimos ocorrem sem necessidade de aprendizagem, por isso são comumente chamados de involuntários. A título de uma diferenciação grosseira os operantes são produtos de aprendizagem e os reflexos são instintivos.

O Behaviorismo Radical não concorda com as prerrogativas do positivismo comteano, ou seja, ele não defende a utilização do critério de verdade por concordância, critério que faz Watson banir da Psicologia os eventos privados, a subjetividade. Mas para Skinner o que é privado não precisa ser mental. Skinner admite o estudo dos eventos privados, eventos que se passam sob a pele. Mas estes continuam sendo eventos naturais. A única diferença entre eventos privados (pensamentos, imaginação etc) e eventos públicos (manifestos) é a acessibilidade.

Comportamentos públicos são acessíveis por todos. Já os eventos privados são acessados somente por quem se comporta. Mas ambos continuam sendo determinados pelo ambiente. Em Skinner a subjetividade encontra lugar, mas não como sinônimo de vida mental, e sim como sinônimo de singularidade. O Behaviorismo Radical admite que cada ser é único, pois cada organismo tem uma história de interações com o ambiente completamente diferentes. Então, de uma ótica do Behaviorismo Radical a subjetividade (emoções, sentimentos, desejos, vontade etc) sempre precisa ser analisada a

partir da história de relações estabelecidas entre o organismo que se comporta e os ambientes aos quais este organismo foi exposto ao longo de sua existência. Por causa do rompimento com o modelo de causalidade mentalista é que o behaviorismo de Skinner é chamado Radical. Ele rompe radicalmente com o modelo mentalista e defende radicalmente o modelo determinação ambientalista. (MATOS, 1998).

Portanto, fica claro que a proposta de Skinner não se furta a explicar a subjetividade. Não se trata de uma proposta de Psicologia que nega as emoções e os sentimentos. A obra de Skinner resgata as emoções e os sentimentos, ou seja, resgata a subjetividade, mas mostrando que esta não é sinônimo de vida mental. O que é privado não precisa ser mental. E por ser privado não precisa ser banido do quadro de estudos da Psicologia. A acessibilidade aos eventos privados é uma dificuldade, mas não um impedimento ao estudo deste tipo de evento.

Por conseguinte, a análise de qualquer evento comportamental, seja ele privado ou não, precisa ser feita à luz das contingências de reforço. Contingência é um termo para designar relações de dependência. No modelo de causalidade Skinneriano o comportamento estabelece relações de dependência com eventos ambientais, então contingência significa relação de dependência entre eventos ambientais e comportamentais, sendo que a presença de qualquer um destes eventos aumenta a probabilidade de ocorrência do outro. Já contingências de reforço é um termo para designar que o comportamento estabelece relações tanto com suas consequências quanto com o contexto em que ocorre.

Portanto, a análise do comportamento passa pela análise das contingências de reforço, e o que se pretende deste ponto em diante é elucidar estas contingências obscurecidas pelas conjecturas metafísicas e mentalistas de Berger e Luckman a respeito da construção da realidade social.

5 “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE”: DE BERGER E LUCKMAN À SKINNER

De maneira muito sintética pode-se dizer que a preocupação dos autores Peter Berger e Thomas Luckman em “A Construção Social da Realidade” (1999) é refletir sobre as formas como a realidade social torna-se objetiva e partilhável para os membros que dela participam. Como os membros são tão variados quanto as realidades das quais participam, depreende-se daí uma ênfase no intercâmbio entre as várias realidades e os seus membros, mais especificamente uma ênfase na maneira como as realidades se constituem a partir deste intercâmbio.

Já aqui se faz evidente o primeiro embate entre Berger e Luckman e B. F. Skinner. Como a preocupação do Behaviorismo Radical de Skinner é encontrar a função do comportamento a partir de

sua relação com as contingências que o produziram, ele jamais se interessaria em investigar como a realidade se torna objetiva e partilhável. Evitaria estes termos, pois poderiam obscurecer a investigação sobre as relações de dependência entre os eventos ambientais e os eventos comportamentais, e desviar a pesquisa científica de seus objetivos originais:

A ciência é mais do que a mera descrição dos acontecimentos à medida que ocorrem. É uma tentativa de descobrir ordem, de mostrar que certos acontecimentos estão ordenadamente relacionados com outros. Nenhuma tecnologia prática pode basear-se na ciência até que estas relações tenham sido descobertas. [...] A ciência não só descreve, ela prevê. Trata não só do passado, mas também do futuro. Nem é previsão sua última palavra: desde que as condições relevantes possam ser alteradas, ou de algum modo controladas, o futuro pode ser manipulado. Se vamos usar os métodos da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado. (SKINNER, 1998, p. 7).

É importante desde já frisar a definição Behaviorista Radical de Ciência, pois ela ajudará a entender porque que uma tradução do termo Relações Interpessoais (tônica da obra de Berger e Luckman) se limitará a elucidação de relações entre os comportamentos e as contingências que os produzem. Numa concepção Behaviorista Radical, a ordem só será encontrada se forem elucidadas as relações de dependência existentes entre o comportamento e os seus determinantes, sendo estas as únicas relações que podem ser consideradas relações entre eventos da natureza, terreno próprio da pesquisa científica. Portanto, o termo realidade partilhável pode designar no máximo que alguns arranjos de contingências afetam o comportamento daqueles que a eles são expostos, porque entre esses arranjos e os comportamentos acabam se estabelecendo relações de dependência.

Para dar conta da tarefa de explicar como a realidade se torna objetiva e partilhável Berger e Luckman (1999) acabam refletindo sobre como o conhecimento é construído e tornado objetivo, pois quando tornado objetivo ele pode ser partilhado de maneira que uma realidade qualquer torne-se comum aos membros que dela participam, e é o conhecimento objetivado que dá origem as diferentes parcelas de uma dada realidade. O processo é dialético, pois um único membro que participa de uma parcela da realidade tornada comum através da objetivação do conhecimento pode alterar (e ele altera) aquela realidade da qual faz parte, e é desta maneira, segundo, pondera os autores, é que se dá a dinâmica social, melhor dizendo, é desta forma que as realidades se transformam.

Então, qualquer mudança de parcelas da realidade implica em mudanças nos membros que dela participam, pois há sempre em qualquer parcela de qualquer realidade elementos que são intersubjetivos, portanto, uma modificação em um destes elementos produz mudanças em toda a dimensão intersubjetiva da realidade social. Sendo assim, a intersubjetividade é fruto do processo pelo qual a realidade é tornada comum aos seus membros através da objetivação do conhecimento.

Se conhecimento for entendido como comportamento, principalmente como comportamento verbal, entender-se-á que ele tem poder de tornar realidades partilháveis ou numa linguagem

Behaviorista Radical, ele tem poder de maximizar certos arranjos de contingências, porque gera estímulos que torna desnecessária a exposição às contingências que descreve, ou seja, com a descrição de contingências podem ser aprendidos novos modos de ação sem que seja necessário se expor às contingências descritas, portanto, neste sentido as contingências são partilháveis.

A variedade de descrições vai depender de contingências arranjadas pela comunidade para reforçar o comportamento verbal. Neste sentido o comportamento verbal introduz um novo tipo de controle diferente do controle exercido pela exposição direta às contingências, mas que consegue o mesmo efeito das contingências originais que descreve.

Se abrir uma porta for ato reforçador, uma pessoa pode agarrar a maçaneta, girá-la e empurrar ou puxar a porta de certa forma; se, porém, em vez disso, ela disser “Por favor, abra a porta”, e um ouvinte responder de forma apropriada, seguir-se-ão as mesmas consequências reforçadoras. (SKINNER, 1993, p. 79).

Este novo tipo de controle gerado pelo comportamento verbal recebe o nome de “comportamento controlado por regras”. Regras são descrições de contingências de reforço. Regras são contingências verbais que podem dar origem tanto a comportamento verbal quanto a comportamento não verbal. Portanto, os conceitos Comportamento Verbal e Comportamento Controlado por Regras descartam qualquer utilidade que os termos “Realidade Partilhável” e “Conhecimento Objetivado” possam ter.

Uma das maiores preocupações de Berger e Luckman (1999) é determinar como se dá o processo dialético de intercâmbio entre o que é coletivo e o que é individual. E a preocupação parece ainda maior em determinar como um dado corpo de conhecimentos torna-se objetivo e partilhável, e como esse corpo de conhecimentos retroage sobre a coletividade que o criou. Portanto, qualquer construção é coletiva no sentido que muitas podem ser as realidades que habitam um indivíduo, ou seja, uma vez inserido numa coletividade o indivíduo carrega essa coletividade para onde quer que vá, mesmo que vá para o confinamento solitário. A consequência de carregar a marca do coletivo, é que todas as construções individuais são determinadas pelo intercâmbio que é estabelecido com a coletividade em que se habita.

Numa análise Behaviorista Radical conhecimento é comportamento, e isso já foi assinalado. Se conhecimento é comportamento, é bom lembrar que o comportamento está sujeito a ação (efeitos) das contingências de reforço. Faz parte das contingências a consequência produzida pelo comportamento, consequência que irá modelar sua topografia (forma) e frequência. A esse tipo de comportamento afetado por suas consequências dá-se o nome de Comportamento Operante. O termo “Operante” é uma

alusão ao fato de que o comportamento opera no meio ambiente modificando-o, e quando isso acontece ele é modificado pelas consequências que produz. Portanto, é uma propriedade do comportamento operante ser modificado por suas consequências, por isso recebe este nome. Não há, então, nenhuma necessidade de dizer que o conhecimento retroage sobre quem o criou se for admitido que conhecimento é comportamento. Agindo dessa forma está se ressaltando uma propriedade que é própria do comportamento operante.

O fato de o comportamento operante ser afetado por suas consequências explica porque em um indivíduo habitam realidades diferentes. Isso acontece porque o efeito das consequências é seletivo, ou seja, elas selecionam os comportamentos que as produzem. Uma vez tendo sofrido o efeito seletivo das consequências que produzem, os comportamentos passam a fazer parte de um repertório de comportamentos, e estes voltam a ser emitidos em circunstâncias semelhantes àquelas que estavam presentes quando da seleção. Portanto, nada habita no indivíduo, ele apenas se comporta de acordo com o repertório que tem, repertório que foi selecionado pelas consequências produzidas no passado, e que é evocado no presente sob efeito de contingências específicas.

O mecanismo de seleção pelas consequências é análogo ao processo de seleção natural. Na seleção natural certas características foram selecionadas por causa do seu valor para a sobrevivência da espécie (BAUM, 1999), enquanto que na seleção operante certos comportamentos são selecionados por causa do seu valor para a adaptação do indivíduo. Mas, dizer que a seleção gera comportamentos adaptados não significa dizer que as consequências apenas selecionam o que há de melhor, pois este processo pode gerar produtos que a curto prazo parecem benéficos, mas que a longo prazo são prejudiciais. O comportamento de usar drogas é um exemplo de comportamento que a curto prazo parece produzir benefícios (prazer, alívio etc), mas que a longo prazo acarreta consequências nefastas.

A seleção por consequências não resulta, segundo Skinner, em um processo que se dirija para algo melhor e mais desenvolvido. Ela pode produzir processos e produtos nefastos à espécie e ao próprio homem, como o comportamento supersticioso, ou práticas sociais que poderão significar a destruição da espécie humana. (MICHELETTO, 1999, p. 124).

Berger e Luckman (1999) assinalam que ninguém é inserido na coletividade de uma única vez. A inserção ocorre de maneira processual e a partir de uma situação prototípica, ou seja, há na perspectiva dos autores uma situação tida como modelo de inserção na vida coletiva, e é a partir desta situação que eles pensam toda a dialética mencionada anteriormente. A situação prototípica assinalada por Berger e Luckman (1999) é a de estar face à face com um outro. Conforme os autores este é o modelo de interação social, todos os demais casos derivariam deste.

Claro que a complexidade da interação social ou do intercâmbio com o coletivo que um indivíduo habita (e que nele também habita) torna-se maior na medida em que há um afastamento da situação cotidiana de estar face à face com um outro. O afastamento desta situação requer muita tensão no sentido que o indivíduo tem que abandonar as convicções padrões com que apreende o cotidiano para apreender uma nova realidade que não tem domínio. Isso ocorre quando alguém se propõe, por exemplo, a pensar sobre a Astronomia. Este alguém vai falar desta área de conhecimento que lhe é tão distante com a linguagem e convicções do senso comum, pois falta-lhe a linguagem dos astrônomos. Neste sentido os autores concluem que a linguagem do cotidiano e a situação face à face são imperativas, pois dominam a consciência mesmo quando há o afastamento das cenas corriqueiras do cotidiano.

O que é interessante é que todo o esforço de Berger e Luckman (1999) em pensar a interação social parta de uma situação tão comum no cotidiano, situação normalmente chamada de “Relações Interpessoais”. Ainda, segundo, o raciocínio dos autores é nesta situação é que são geradas as modificações sociais em escala maior, ou seja, tudo parte das microinterações. Por conseguinte, cada interação entre indivíduos diferentes é uma oportunidade de transformação para ambos.

É uma obviedade que a relação entre comportamento e contingências se torna mais complexa quando há um afastamento daquela situação que Berger e Luckman chamam de face à face, pois na medida que este afastamento acontece as contingências se modificam. Na situação face à face a presença de uma pessoa gera estímulos que afetam o comportamento do outro com quem se relaciona. A ausência desta pessoa pode ou não representar a ausência dos estímulos gerados quando ela está presente. A pessoa pode ausentar-se, mas continuar afetando o comportamento do outro com que se relaciona através dos operantes verbais deste outro, operantes que evocam a sua presença mesmo quando ela está ausente. Neste caso todas as ações do outro estariam sob controle de regras, ou seja, estariam sob o controle de descrições que faz das contingências produzidas pelo comportamento da pessoa ausente. No entanto, o comportamento com relação a esta pessoa ausente será mais preciso quando ela estiver presente do que sob o controle de regras.

Uma pessoa que esteja seguindo uma orientação, aceitando um conselho, prestando atenção a um aviso, obedecendo a leis e regras, não se comporta exatamente da mesma maneira que outra que tenha sido exposta diretamente às contingências, porque uma descrição das contingências nunca é completa ou exata (usualmente, é simplificada para poder ser ensinada ou compreendida com facilidade) [...]. (SKINNER, 1993, p. 110).

Basta imaginar uma pessoa aprendendo a dirigir para exemplificar o princípio do comportamento governado por regras. Esta pessoa poderá aprender sendo exposta às contingências de

dirigir, ou poderá aprender lendo um livro sobre carros. Todavia, seu comportamento de dirigir será mais preciso se for adquirido pela exposição direta às contingências, do que se for adquirido pela leitura de um livro (pela descrição das contingências). Claro que trata-se de um exemplo um tanto grosseiro, mas que elucida o controle exercido pela exposição direta às contingências e controle exercido por regras sobre o comportamento. Todavia, o exemplo demonstra que a diferença entre a situação face à face e outras situações é apenas uma diferença quanto ao tipo de controle exercido sobre o comportamento. Elucidado o tipo de controle, ou seja, esclarecida a relação de dependência entre comportamento e contingências, fica ligeiramente fácil determinar a frequência e a probabilidade de cada comportamento em cada situação.

Se há, portanto, uma valorização da situação cotidiana de estar face à face com um outro – que este trabalho toma como a definição de Relações Interpessoais de Berger e Luckman – é porque obviamente existem diferenças entre a experiência de estar só e a experiência de estar interagindo, diferenças existentes ainda que o indivíduo carregue em si a marca do coletivo. Mas, por que, essas diferenças existem? Berger e Luckman (1999) assim respondem a este questionamento:

Objetos diferentes apresentam-se à consciência como constituintes de diferentes esferas da realidade. Reconheço meus semelhantes com os quais tenho de tratar no curso da vida diária como pertencendo a uma realidade inteiramente diferente da que têm as figuras desencarnadas que aparecem em meus sonhos. Os dois conjuntos de objetos introduzem tensões inteiramente diferentes em minha consciência e minha atenção com referência a eles é de natureza completamente diversa. Minha consciência por conseguinte é capaz de mover-se através de diferentes esferas da realidade. Dito de outro modo, tenho consciência de que o mundo consiste em múltiplas realidades. Quando passo de uma realidade a outra experimento a transição como uma espécie de choque. Este choque deve ser entendido como causado pelo deslocamento da atenção acarretado pela transição. (BERGER; LUCKMAN, 1999, p. 37-38).

Logo em seguida os autores sugerem: “A tensão da consciência chega ao máximo na vida cotidiana, isto é, esta última impõe-se à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa” (BERGER; LUCKMAN, 1999, p. 38). Para valorizar a importância do encontro face à face como situação prototípica de interação social, Berger e Luckman (1999) comparam-na com outras situações, e uma dessas outras situações tomada como parâmetro de comparação é a realidade dos sonhos. Através do confronto entre essas duas situações extremas, concluem que cada uma delas gera um nível de tensão diferenciado na consciência, e a tensão chega ao máximo no encontro face à face.

Como já assinalado, numa análise Behaviorista Radical a única diferença entre o encontro face à face e outras situações é a diferença de controle. Embora a única diferença seja de controle isso não quer dizer que as leis comportamentais para uma situação e outra são diferentes, ou seja, tanto numa situação quanto em outra o comportamento está sujeito à ação de suas consequências e das variáveis do

contexto em que ocorre, o que muda é o número de variáveis envolvidas no controle. Na situação face à face, em outras palavras, em uma situação de interação social existem variáveis verbais e não verbais controlando a emissão dos comportamentos. Já em outras situações as variáveis verbais podem não estar presentes, e o comportamento ser controlado apenas pela interação mecânica com o meio ambiente. Skinner assim expressa esta diferença de controle:

O comportamento reforçado através da mediação de outras pessoas diferirá de muitas maneiras do comportamento reforçado pelo ambiente mecânico. O reforço social varia de momento para momento dependendo da condição do agente reforçador. Dessa forma, respostas diferentes podem conseguir o mesmo efeito, e uma resposta pode conseguir diferentes efeitos, dependendo da ocasião. Como resultado, o comportamento social é mais extenso que o comportamento comparável em ambiente não social. Também é mais flexível, no sentido de que o organismo pode mudar mais prontamente de uma resposta para outra quando o comportamento não for eficaz. (SKINNER, 1998, p. 327).

Fica evidente na citação de Skinner que o encontro face à face em uma concepção Behaviorista Radical trata-se da interação de duas ou mais pessoas, e que os seus comportamentos são emitidos em função da contingência proporcionada pela interação. E o que é diferente nesta interação é o fato de que muitos comportamentos são reforçados pela mediação da outra pessoa com quem se relaciona. Como trata-se de uma interação onde estão presentes variáveis verbais, pois a interação é essencialmente entre operantes verbais, certamente as pessoas envolvidas descreverão para si mesmas tudo que ocorre enquanto se relacionam em um nível subaudível, ou seja, em um nível que só quem descreve tem conhecimento. Este tipo de comportamento o Behaviorismo Radical chama de Comportamento Encoberto, comportamento que não pode ser detectado por outras pessoas. Portanto, Behaviorismo Radical não se nega a explicar os comportamentos encobertos, os comportamentos que ocorrem em nível encoberto. No entanto, não atribui a estes comportamentos o status de causa. Assim como os comportamentos manifestos os comportamentos encobertos possuem dimensões físicas, e só são diferentes no que se refere à sua acessibilidade.

A guisa de uma conclusão é bom retornar a interação entre duas pessoas, ou ao encontro face à face, e o que pode ocorrer nesta interação/encontro. Já foi assinalado que esta é uma interação que se dá essencialmente entre operantes verbais, e que as pessoas envolvidas descreverão para si mesmas em nível encoberto tudo ou quase tudo o que ocorre enquanto se relacionam. Estas descrições dão origem ao que se chama de conhecimento. Conhecimento é comportamento, comportamento descritivo que surge quando a comunidade verbal dispõe as condições necessárias para a pessoa relatar o seu comportamento e o comportamento dos outros. (SKINNER, 1993). Isto quer dizer que alguém aprende a relatar o que acontece consigo com o mundo social ao seu redor.

Quando alguém relata privadamente ou publicamente o que ocorre consigo aumenta sua consciência sobre os eventos do mundo. Então consciência não é um lugar, mas sim um produto da ação de operantes verbais. Portanto, o conhecimento e o autoconhecimento são comportamentos que surgem quando a comunidade verbal (sociedade) arranja as condições necessárias, e o grau de precisão destes comportamentos determinará o grau de consciência produzida.

Nota-se claramente que a abordagem skinneriana do comportamento humano tem um viés bastante sociológico, ou seja, é uma abordagem que se detém sobre a análise das relações entre comportamento e ambiente, sobretudo com o ambiente social. Sendo assim, tem muito a oferecer, pois possui instrumentais teóricos e técnicos que permitem que sejam entendidas desde as situações mais corriqueiras como a interação entre duas ou mais pessoas, interação comumente chamada de relações interpessoais, nos dizeres de Berger e Luckman (1999) encontro face à face, até as situações mais complexas, que levam as sociedades a adotarem práticas culturais que colocam em risco a sua própria sobrevivência enquanto corpo social.

6 CONCLUSÃO

Na tentativa de explicar o funcionamento da sociedade, sobretudo de entender como se dá o processo de interação entre as dimensões individuais e coletivas, Berger e Luckman acabam tecendo diversas teorizações sobre o comportamento, principalmente quando se propõem a explicar o que chamam de encontro face à face e o processo de construção e objetivação do conhecimento.

Embora as teorizações dos autores consigam fazer a ponte entre o individual e o coletivo, as explicações que tecem sobre o comportamento do indivíduo em situações cotidianas, obscurecem aquilo que em uma linguagem Behaviorista Radical é chamado de contingências de reforço. Ao se obscurecer as contingências de reforço, ou seja, as relações de dependência entre eventos ambientais e comportamentais perde-se toda a possibilidade de criar condições que favoreçam a mudança de comportamentos e, sobretudo a mudança de práticas culturais de uma dada sociedade.

O elo para a mudança de toda prática cultural é o comportamento humano, pois é quando o Homem se comporta e interage com outros é que ele cria cultura, ou seja, que ele cria contingências que afetam o seu próprio comportamento. Entendendo o comportamento como elo para o entendimento das práticas culturais, pode-se concluir afirmando que o Behaviorismo Radical tem a oferecer às Ciências da Sociedade todo um suporte teórico e instrumental que contribui para ajudar não somente na compreensão do funcionamento das sociedades, como também a planejar novas práticas culturais que aumentem as chances de sobrevivência da espécie humana.

REFERÊNCIAS

- BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MATOS, M. A. Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. In: RANGÉ, B.(Org.).**Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas**. 2. ed. Campinas: Editorial Psy, 1998. p. 27-34.
- MICHELETTO, N. Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. 2. ed. Santo André: ARBytes, 1999, p. 117-131.
- SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1993.